

A Câmara Técnica de Implantes da Associação Médica Brasileira (AMB) recebeu a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para discutir possíveis modificações na tabela de Terminologia Unificada de Saúde Suplementar (TUSS). A reunião também contou com a presença de médicos; de representantes das operadoras de saúde, como Unimed e a Unidas; da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde); do Real Hospital Português de Pernambuco; e de sociedades de especialidade.

Com o propósito de padronizar códigos e nomenclaturas dos procedimentos médicos entre operadoras de saúde, médicos e prestadoras de serviço, a tabela TUSS tem sido criticada pela dificuldade de utilização, sobretudo depois do recente aumento da quantidade de materiais cadastrados, realizado pela ANS. A questão já havia sido discutida em reuniões anteriores e voltou a pauta na reunião de julho da CT Implantes.

Segundo o presidente da Câmara Técnica de Implantes da AMB, Carlos Alfredo Lobo Jasmin, o encontro trouxe avanços na abertura das entidades a novas proposições e possíveis adaptações. “Foi uma discussão extremamente proveitosa e que provavelmente vai gerar uma consequência benéfica, favorável e satisfatória. Esperamos poder, a partir disso, reconstruir essa tabela e organizá-la de forma um pouco mais objetiva”, projeta.

Na configuração atual, a tabela TUSS, que é de uso obrigatório, tem sido avaliada como pouco eficiente e inteligível. “A lista de materiais ficou gigantesca. Não temos fácil acesso aos dados e a pesquisa é difícil. A partir de março do ano que vem, todos terão que usar essa tabela e isso vai trazer problemas, pois as operadoras vão exigir que o médico utilize uma informação a qual ele não tem acesso”, argumenta Jasmin.

Nesse processo, Jasmin enfatiza a importância da participação das sociedades de especialidades na representação de suas demandas e sugestões. “Reforçamos que precisa ser feita uma nova classificação e que a Anvisa precisa dialogar com as sociedades para orientar sobre a utilização da nomenclatura adequada. Assim, o médico vai saber onde buscar as informações. O fato de as sociedades não participarem pode, em algum momento, deixar de atender aos interesses específicos delas”.

Fonte: AMB, em 30.07.2019